

Alojamento local já ultrapassou 1 milhão de dormidas

No mês de Agosto, nos Açores, o alojamento local registou 238,6 mil dormidas, apresentando uma variação homóloga positiva de 14,6%, revelou ontem o SREA.

O mercado nacional garantiu cerca de 36,4 mil dormidas, correspondendo a um decréscimo homólogo de 12,4%, enquanto os mercados externos contribuíram com 202,2 mil dormidas, registando um acréscimo, em termos homólogos, de 21,3%.

O registo de hóspedes atingiu 66,3 milhares, apresentando uma taxa de variação homóloga positiva de 14,3%.

De Janeiro a Agosto, no alojamento local, registaram-se 1 061,8 mil dormidas, valor superior em 26,5% ao registado no mesmo período homólogo.

Em Agosto, no alojamento local, as ilhas que apresentaram variações homólogas positivas nas dormidas foram: Flores (26,0%), Terceira (19,4%), São Miguel (17,0%), Faial (13,1%), Corvo (7,4%), São Jorge (5,4%) e Pico (1,0%).

Em sentido inverso, as ilhas que apresentam variações homólogas negativas foram: Santa Maria (-15,7%)

e Graciosa (-9,1%).

A ilha de São Miguel com 150,4 mil dormidas concentrou 63,0% do total das dormidas, seguindo-se a Terceira com 25,5 mil dormidas (10,7%), o Pico com 25,3 mil dormidas (10,6%) e o Faial com 18,1 mil dormidas (7,6%).

Turismo no Espaço Rural

No mês de Agosto, nos Açores, o turismo no espaço rural registou 26,5 mil dormidas, apresentando uma variação homóloga positiva de 35,0%.

O mercado nacional garantiu 3,9 mil dormidas, correspondendo a um acréscimo homólogo de 12,7%, enquanto os mercados externos contribuíram com 22,6 mil dormidas, registando um acréscimo, em termos homólogos, de 39,8%.

O registo de hóspedes atingiu 7,9 milhares, apresentando uma taxa de variação positiva de 25,4% relativamente ao mês homólogo.

De Janeiro a Agosto, no turismo no espaço rural, registaram-se 100,0 mil dormidas, valor superior em 36,5% ao registado no mesmo período do ano anterior.

Quadro 8 - Alojamento local – Dormidas por Ilha

	ago-23		jan-ago 23	
	valor	Tvh (%)	valor	Tvh (%)
Açores	238 561	14,6	1 061 842	26,5
Santa Maria	1 004	-15,7	4 491	5,6
São Miguel	150 403	17,0	719 624	31,2
Terceira	25 530	19,4	112 600	20,7
Graciosa	982	-9,1	3 212	8,3
São Jorge	7 890	5,4	26 012	22,7
Pico	25 264	1,0	92 635	13,0
Faial	18 082	13,1	67 439	14,4
Flores	9 203	26,0	34 952	26,3
Corvo	203	7,4	877	2,3

Nota: Dados provisórios de janeiro a julho e preliminares de agosto.

Quadro 9 - Turismo no espaço rural – Resultados gerais

	ago-23		jan-ago 23	
	valor	Tvh (%)	valor	Tvh (%)
Dormidas (unidades)	26 492	35,0	99 986	36,5
Residentes em Portugal	3 933	12,7	17 063	5,9
Residentes no estrangeiro	22 559	39,8	82 923	45,1
Hóspedes (unidades)	7 936	25,4	30 593	31,7
Estada média (nº noites)	3,34	7,6	3,27	3,6

Nota: Dados provisórios de janeiro a julho e preliminares de agosto.

Plano Estratégico aposta no turismo cultural

O turismo cultural é um dos “produtos centrais” do Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo dos Açores até 2030, afirmou a Secretária Regional do Turismo, Berta Cabral.

A governante falava na sessão de abertura da AR&PA – Bienal Ibérica de Património Cultural, que junta cerca de 200 participantes em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira.

“Este é o momento certo e Angra do Heroísmo é o palco adequado para juntarmos o património cultural à estratégia de valorização do nosso destino turístico e colocar mais esta dimensão ao serviço do desenvolvi-

mento turístico”, adiantou a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral.

A governante falava na sessão de abertura da AR&PA – Bienal Ibérica de Património Cultural, que junta cerca de 200 participantes em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira.

Terceira expoente máximo para turismo cultural

Segundo Berta Cabral, o anterior

plano de turismo “não dava o ênfase necessário a esta dimensão”, mas o actual Executivo considera o património cultural uma “componente essencial” da estratégia para o turismo. “A ilha Terceira é um dos expoentes máximos da riqueza e da diversidade cultural da nossa Região, não tivesse sido a capital do reino, e é também o nosso território que melhor conjunta a natureza, terra e mar com a natureza humana, entendida como identidade, singularidade, cultura, tradi-

ções e heranças culturais”, apontou.

Até Domingo, a Spira, organizadora da bienal, convida a população a visitar os bastidores do património no Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo, com actividades gratuitas como conferências e mesas redondas, roteiros pela cidade, ‘peddypapers’, uma corrida do património, actividades de educação patrimonial e actividades de artes e ofícios.

Presidente do Parlamento afirma que alteração à Lei do Mar é um atentado à Autonomia

O Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores considerou que a alteração à denominada Lei do Mar, na Assembleia da República, constitui um “atentado” à autonomia política e administrativa da Região.

Citado em nota de imprensa, Luís Garcia considerou que “é absolutamente incompreensível que em Portugal alguns queiram limitar o papel dos Açores na gestão do seu mar”.

A Lei do Mar [Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marítimo] foi aprovada na generalidade na Assembleia da República e vai agora ser discutida na especialidade.

O líder do Parlamento regional intervinha na cidade da Horta, ilha do Faial, na sessão de encerramento do Global Rangers Congress, no Teatro



Faialense.

O Presidente do Parlamento regional considerou que “a participação dos Açores na gestão do mar açoriano

é um direito estabelecido em lei, desde logo no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que é uma lei de valor reforçado”.

Luís Garcia defendeu que “a efectiva participação da Região é do interesse nacional”, tendo afirmado que “só alguém com vistas curtas, que não consegue ver o país para além do Terreiro do Paço, é que não percebe que constitui uma mais-valia, para todo o país, o efectivo envolvimento dos Açores na gestão e protecção do seu mar”.

A Assembleia da República aprovou em 4 de Outubro a proposta de lei do Governo que altera a Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marítimo, numa votação em que o PS foi

o único grupo parlamentar a votar a favor.

A proposta de lei, que altera as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, mereceu os votos contra do PSD, Iniciativa Liberal, Bloco de Esquerda (BE) e PAN, contando ainda com a abstenção do Chega, PCP e Livre.

Na votação abstiveram-se também os três deputados do PS eleitos pelo círculo da Madeira e três dos quatro eleitos pelo círculo dos Açores.

Poucas horas antes, durante o debate, já se previa aquele resultado uma vez que, à excepção do PS, todos os partidos acusaram o Governo de ferir a autonomia das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.